



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER

Projeto de Lei nº 0113/2018

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a prorrogar a concessão de linhas municipais urbanas de transporte coletivo, e dá outras providencias.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 113/2018 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a autorização para o Poder Executivo prorrogar, por mais 180(cento e oitenta) dias, a concessão de linhas municipais urbanas de transporte coletivo, e dá outras providencias.

Pela justificativa apresentada e anexada ao referido Projeto, seu autor demonstra que o processo licitatório está já foi iniciado, porém, encontra-se suspenso devido a necessidade de adequações no respectivo edital (Concorrência nº 06/2018).

Justifica-se ainda que o município como responsável pela concessão desses serviços deve estar sempre preocupado com o bem-estar e a segurança dos usuários, especialmente a regular a continuidade dos serviços, a fim de que não sofram solução de continuidade, vindo a prejudicar a população lapeana.

A respeito do tema, nossa Lei Orgânica estabelece que:

Art. 21 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

(...)

VI - concessão e permissão de serviços públicos;

(...)

Art. 86 - Incumbe ao poder público municipal, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos de interesse local incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Parágrafo Único - A lei disporá sobre:

- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - a política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado;
- V - a vedação de cláusula de exclusividade nos contratos de execução do serviço público de transporte coletivo por terceiros;
- VI - as normas relativas ao gerenciamento do poder público, sobre os serviços de transporte coletivo.

Desta forma, essa Comissão entende que como não foi possível ainda a conclusão da licitação para nova concessão, e considerando ainda que trata-se de serviço público essencial, pode a Administração prorrogar a concessão das linhas, para evitar prejuízos aos usuários do transporte público.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende ao interesse público, razão pela qual esta Comissão é **favorável** ao mesmo.

É o parecer.

Lapa, 04 de dezembro de 2018.


Dirceu Rodrigues Ferreira
Presidente


Samuel Gois da Silva
Relator

Josias Camargo de Oliveira Junior
Membro